	<p>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA</p> <p>Secretaria Municipal da Fazenda Departamento de Impostos Mobiliários</p> <p><b>Nota Fiscal Eletrônica de Serviço</b></p> <p>Município: Volta Redonda Código: 3306305 UF:RJ Código: 33</p>	<p>Nº da Nota: 1232</p> <p>Data/Hora: 16/01/2015 17:28:10 1/2015</p> <p>Ass. Digital: 12636492219582015.01.16</p>												
	<p><b>PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)</b></p> <p>Nome/Razão Social: MANOS GRAFICA LTDA ME</p> <p>Endereço: AV. ALM. ADALBERTO DE BARROS NUNES ,3176 - CEP: 27273-010</p> <p>Bairro: RETIRO Cidade: VOLTA REDONDA UF: RJ</p> <p>Fone: (24) 3341-5228 Email: manosgrafica@ymail.com ISENTO / IMUNE: NÃO</p> <p>CNPJ/CPF: 05.994.990/0001-44 Inscrição Municipal CCM: 043100007 ISS: EXIGÍVEL (VARIÁVEL) IE / RG: 77.653.201</p>													
<p><b>TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)</b></p> <p>Nome/Razão Social: JORGE DE OLIVEIRA CEP: 27273-270</p> <p>Endereço: RUA PETRÓPOLIS, Nº 280 UF: RJ</p> <p>Bairro: SIDERLÂNDIA Cidade: VOLTA REDONDA</p> <p>Fone: 999915318 Email: dep.zoinho@camara.leg.br</p> <p>CNPJ/CPF: 20783337787 Insc. Estadual/RG: 87310079-6 DETRAN RJ Inscrição Municipal: 0</p>														
<p><b>CO-SIGNATÁRIO DO(S) SERVIÇO(S)</b></p> <p>Nome/Razão Social:</p> <p>Endereço: CEP:</p> <p>Bairro: Cidade: UF:</p> <p>Email: Inscrição Municipal:</p> <p>CNPJ/CPF: Insc. Estadual/RG:</p>														
<p>Local da Prestação do(s) Serviço(s): No município sem retenção</p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Qtd</th> <th>Detalhamento</th> <th>Valor Unit.</th> <th>Dedução</th> <th>Valor Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>13.05</td> <td>45000,00</td> <td>INFORMATIVO - PRESTANDO CONTA / DEPUTADO ZOINHO - 8 PAG. 4/4 - 250X420 - 1 DOBRA - COUCHÊ 115G</td> <td>0,3240</td> <td>0,0000</td> <td>14.580,0000</td> </tr> </tbody> </table> <p>VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS (LEI 12.741/2012): 8% 2ª TIRAGEM</p>			Item	Qtd	Detalhamento	Valor Unit.	Dedução	Valor Total	13.05	45000,00	INFORMATIVO - PRESTANDO CONTA / DEPUTADO ZOINHO - 8 PAG. 4/4 - 250X420 - 1 DOBRA - COUCHÊ 115G	0,3240	0,0000	14.580,0000
Item	Qtd	Detalhamento	Valor Unit.	Dedução	Valor Total									
13.05	45000,00	INFORMATIVO - PRESTANDO CONTA / DEPUTADO ZOINHO - 8 PAG. 4/4 - 250X420 - 1 DOBRA - COUCHÊ 115G	0,3240	0,0000	14.580,0000									
<p><b>OBS:</b></p>														
<p><b>Retenções a serem efetuadas pelo tomador (R\$):</b> Forma de Pagamento: A vista</p> <p>ISS: 0,0000 IRRF: 0,0000 PIS: 0,0000 COFINS: 0,0000 CSLL: 0,0000 INSS: 0,0000</p> <p>Tot. dos Serviços(R\$): Tot. das Retenções(R\$): Valor Líquido(R\$):</p> <p><b>14.580,00 0,00 14.580,00</b></p> <table border="1"> <tr> <td>Valor Total da Nota(R\$):</td> <td>Valor das Deduções(R\$):</td> <td>Base de Cálculo(R\$):</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>14.580,00</b></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>14.580,00</b></td> <td></td> </tr> </table> <p>DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - Aliq.: 3,0000 Valor ISS Simples Nac.(R\$):</p> <p><b>437,40</b></p>			Valor Total da Nota(R\$):	Valor das Deduções(R\$):	Base de Cálculo(R\$):		<b>14.580,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.580,00</b>					
Valor Total da Nota(R\$):	Valor das Deduções(R\$):	Base de Cálculo(R\$):												
<b>14.580,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.580,00</b>												
<p>Assinatura Digital: Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Nº 1232 Data/Hora: 16/01/2015 17:28:10</p> <p><b>12636492219582015.01.16</b></p>														
<p>Recebi da empresa: MANOS GRAFICA LTDA ME os Serviços constantes desta Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Fatura.</p> <p><b>ATENÇÃO:CONSULTE A AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTA NFeS NO SITE DA PREFEITURA OU POR MEIO DE APARELHO COM APLICATIVO PARA CÓDIGO QR.</b></p> <p>CONFORME LEI 5.817/10 -- COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ALERJ - Rua 1º de Março s/n Palácio Tiradentes 4º, gabinete 409, Centro, CEP 20.010.000- RIO DE JANEIRO - Tel (21) 2588.1000/ 08002827060   PROCON - Rua da Ajuda nº 05 (sub-solo) , CEP 20040-000, Central do Brasil - Praça Cristiano Ottoni s/n (sub-solo) CEP 20221-250, Centro, Rio de Janeiro. Disque PROCON 151.</p>														



## **Zoinho garante emenda de bancada de R\$ 39 milhões para Hospital Regional**



Fique por dentro

## Saiba o que faz um deputado federal: atribuições, direitos, deveres e benefícios

Saiba o que faz um deputado federal: atribuições, direitos, deveres e benefícios. Os 513 integrantes da Câmara dos Deputados são eleitos a cada quatro anos. As vagas são divididas por estados e pelo Distrito Federal e definidas por lei complementar: vão de 8 a 70, conforme o tamanho da população local. Mas o que faz um deputado federal? Como representante do povo, esse parlamentar tem duas atribuições principais, estabelecidas na Constituição: legislar e fiscalizar. Quando legisla, o deputado pode propor, alterar ou revogar uma lei, desde a própria Carta Magna, a lei maior do País, até normas infralegais, como decretos e resoluções. Qualquer projeto de iniciativa do Executivo passa primeiro pela Câmara, antes de seguir para o Senado. Cabe ainda aos parlamentares discutir e votar medidas provisórias, editadas pelo governo federal. Nem todas as propostas são votadas no Plenário: muitas são decididas nas comissões temáticas da Casa.



Plenário da Câmara dos Deputados

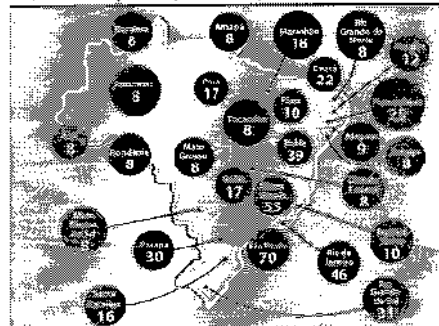
Compete aos integrantes da Câmara dos Deputados, juntamente com os senadores, por exemplo, discutir e votar o orçamento da União, assim como fiscalizar a aplicação adequada dos recursos públicos. É durante a análise da proposta orçamentária que os deputados apresentam emendas que destinam verbas para a realização de obras específicas em seus estados e municípios. Os parlamentares também examinam o planejamento plurianual do governo federal e as diretrizes para o orçamento do ano seguinte.

### Relação com o Executivo

Os congressistas também têm a obrigação de controlar os atos do presidente da República e fiscalizar as ações do Executivo. A Constituição estabelece ainda que somente a Câmara tem poderes para autorizar a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República. Compete ainda aos deputados federais eleger os integrantes do Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente.

Os parlamentares podem convocar ministros de Estado para prestar informações, assim como para julgar as concessões de emissoras de rádio e televisão e a renovação desses contratos.

Número de deputados por estado e pelo DF



### Direitos específicos

Entre as prerrogativas do cargo de parlamentar, consta o direito de não ser preso, a não ser em flagrante de crime inafiançável. Deputados e senadores também são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, conforme a Constituição. Da mesma forma, não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do mandato, nem sobre as pessoas que lhes passaram tais dados.

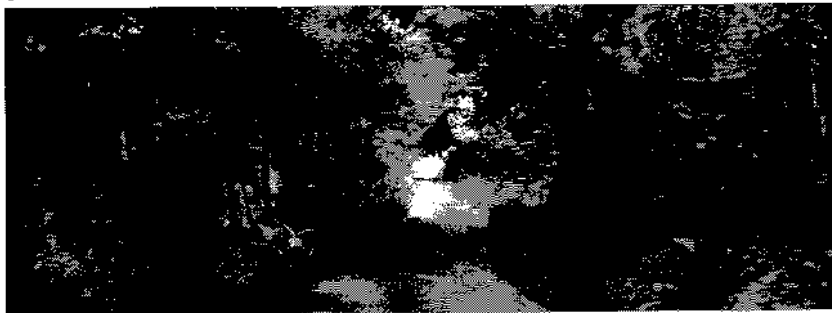
Além disso, os parlamentares têm foro privilegiado (imunidade parlamentar) e os processos contra eles só podem ser julgados no Supremo Tribunal Federal (STF). A intenção dos constituintes ao conferir esses direitos aos integrantes do Legislativo foi assegurar a liberdade no exercício do mandato.

### Deveres e proibições

O parlamentar não pode ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que tenha contrato com pessoa jurídica de direito público. A violação desse princípio pode acarretar a perda do mandato. Ainda pode perder a vaga na Câmara o deputado que faltar, sem justificativa, a 1/3 das sessões ordinárias de cada sessão legislativa ou sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. O cidadão pode consultar no portal da Casa informações, como a presença em plenário, sobre os parlamentares.

54ª Legislatura  
 Palácio do Congresso Nacional  
 Praça dos Três Poderes - Brasília  
 DF - CEP 70160-900  
 Telefone: +55 (61) 3216-0000  
 Disque Câmara: 0800 619 619

## Zoinho é relator do projeto de Lei Complementar que dá aos municípios a competência para estabelecer o tamanho das áreas de preservação permanentes (APPs) localizadas em áreas urbanas.



A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei Complementar que dá aos municípios a competência para estabelecer o tamanho das áreas de preservação permanentes (APPs) localizadas em áreas urbanas. Segundo o deputado Zoinho (PR-RJ), que é o relator do projeto, o objetivo é permitir que o município defina as regras para ocupação das margens de rios e a gestão segura e adequada do espaço urbano, considerando os

aspectos sociais e ambientais. Atualmente, a competência é comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O novo Código Florestal define como APP a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, por uma faixa de 15 metros, em áreas urbanas consolidadas. Zoinho lembra que um grande número de cidades no

Brasil nasceu e cresceu em torno de rios, ocupando essas faixas marginais. "A simples definição de uma faixa de 15 metros não é solução para a maior parte dos problemas urbanos relacionados à gestão das beiras de rio", critica. "As soluções devem ser estabelecidas levando em consideração as questões técnicas, econômicas e sociais. Cabe aos municípios estudar, propor e adotar as melhores soluções, sem prejuízo da cooperação com o Estado e a União", aposta o deputado.



## O que é uma APP?

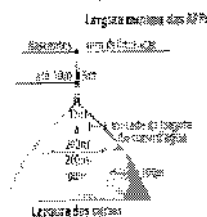
As Áreas de Preservação Permanente são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo

gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Como exemplo de APP estão as áreas de mananciais, as encostas com mais de 45 graus de declividade, os manguezais e as matas ciliares.

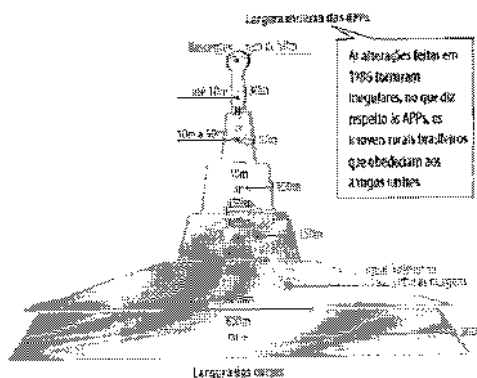
### APPs às margens de rios aumentaram seis vezes em 25 anos

Desde que foram criadas, em 1965, elas tiveram seus limites aumentados em duas ocasiões, obrigando proprietários a recompor a vegetação original

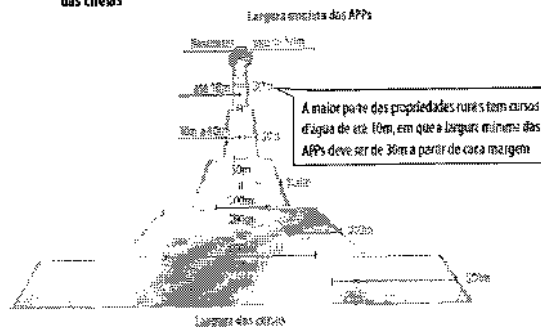
#### 1965 | O Código Florestal define limites para as APPs



#### 1986 | A Lei 7.511 aumenta os limites e define novas APPs



#### 1989 | A Lei 7.803 manda medir a APP a partir da margem dos cursos d'água na época das cheias



Emenda garante canalização

## Emenda garantiu recurso para canalização do rio Brandão



Uma emenda de R\$ 1 milhão, inserida pelo deputado federal Jorge de Oliveira, o Zoinho, no orçamento da União está garantindo a canalização de esgoto do Rio Brandão. A obra, de 2.045 metros de rede de esgoto sanitário entre os bairros Sessenta e Vila Santa Cecília, vai proteger a margem do Rio Brandão, afluente do Paraíba do Sul, com o Gabião. De acordo com o deputado, investir em saneamento básico é investir em Meio Ambiente, Saúde e igualdade de vida. "Por isso destinamos esses valores. Fico feliz que essa obra tão aguardada pela população e que vai beneficiar cerca de 15 mil moradores possa estar finalmente saindo do papel graças a uma emenda de minha autoria", afirmou. Zoinho lembra que a questão do Esgoto é um dos principais problemas a serem enfrentados por Volta Redonda e assegurou

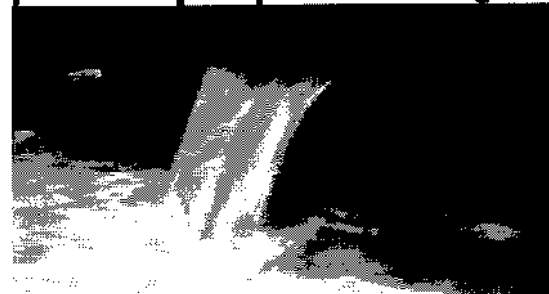
que continuará buscando recursos para esse fim. "Com a conclusão da ETE Correios, Volta Redonda tratará apenas 30% do Esgoto, o que é muito pouco. Estamos atrasados nesse setor e, por isso, vou, como deputado federal, procurar ajudar o município a resolver este problema". Cada deputado federal pode inserir no Orçamento da União R\$ 15 milhões em emendas. Zoinho incluiu no orçamento de 2012 os seus R\$ 15 milhões para o Sul Fluminense, sendo R\$ 9 milhões apenas para Volta Redonda. Para o Orçamento de 2013, Zoinho discutiu com lideranças locais e regionais a inclusão das emendas. "Destinamos as emendas para as áreas de Educação, Cultura, Saúde e infraestrutura. É uma forma que temos de direcionar os recursos para áreas da nossa região que mais precisam e estamos fazendo isso ouvindo as

forças políticas e a própria comunidade para que os recursos sejam aproveitados da melhor forma possível", afirmou Zoinho.

### COMUNIDADE APROVA

A dona de casa, Maria Célia Lisboa, 62, moradora do bairro Sessenta, aprovou a iniciativa. Ela diz que o esgoto jogado a céu aberto causa transtorno para os moradores. "O mau cheiro é péssimo e ainda tem pessoas que, infelizmente, jogam entulho e lixo no Rio. Quando chove a situação piora", frisou. O aposentado Cláudio Borges, 58, lembrou que a comunidade aguardava essa obra há muitos anos. "Muita gente prometeu que ia fazer essa obra e fico feliz que agora ela saia do papel. Tem que dar um tratamento para esse esgoto também porque polui muito o Meio Ambiente", afirmou.

## Zoinho defende planejamento como prioridade para problema da água



Não dá para culpar somente a seca. A má qualidade da água dos rios brasileiros é um dos principais problemas enfrentados pelas grandes cidades, há décadas. A falta de planejamento e de investimentos no setor de saneamento está "matando" os municípios e o alto nível de urbanização das cidades brasileiras causa um impacto significativo aos rios que as atravessam. Contudo, em 2014, o Estado de São Paulo entrou na pior crise de abastecimento de sua história, que está atingindo 17 milhões de pessoas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, agravando ainda mais a qualidade de suas águas superficiais. Ao mesmo tempo em que o Brasil é considerado uma potência hídrica aos olhos do mundo, pois temos cerca de 13% da água doce do planeta, degradamos nossos rios e córregos com esgoto não tratado, alto grau de assoreamento e não contribuímos com a proteção das margens

destes mananciais. O despejo de esgoto, a poluição e agora a seca comprometem a qualidade das águas, pois não há tratamento de efluentes urbanos para uma grande parte da população, cerca de 140 milhões de brasileiros. Faltam investimentos para retirar as águas residuais dos rios, o que faria com que estas voltassem à terra, mas a melhor ação quanto à recuperação da qualidade das águas ainda é a prevenção e o cuidado para que poluentes não sejam lançados no ambiente sem o tratamento adequado. O Brasil necessita que a água seja inserida clara e objetivamente na agenda política do país. Somente com a implementação de políticas públicas urgentes em grande parte do território brasileiro, com investimentos pesados de recuperação de nossos cursos d'água, fundamentalmente nas áreas de mananciais, e que de médio a longo prazo poderemos alterar este processo de descaso com os recursos hídricos em grande parte do país.

## Asfalto ecológico

## Zoinho defende proposta de utilização de asfalto-borracha



O deputado federal Jorge de Oliveira, o Zoinho (PR), é um dos defensores na Comissão de Viação e Transportes da Câmara da aprovação de projetos de lei que priorizem o uso de preferencial de asfalto-borracha - produzido com borracha de pneus - na pavimentação ou recuperação de ruas. Técnica semelhante tem sido utilizada com sucesso em grandes rodovias brasileiras, como a Anchieta e a Imigrantes, no estado de São Paulo.

- O asfalto-borracha elimina um grave problema nas cidades, que são os pneus velhos abandonados, uma ameaça ao meio ambiente e ainda ajudam na proliferação de doenças, como a dengue. Por isso, a utilização do asfalto-borracha nas cidades do país é um grande negócio - afirmou o parlamentar, candidato à reeleição.

Pesquisas feitas por universidades e órgãos públicos de transporte de todo o mundo apontam vantagens substanciais no uso dessa mistura. Entre elas, a redução significativa dos problemas ambientais, ao oferecer uma solução prática para o acúmulo de pneus

usados impróprios. Outro ponto citado por estudos, é o retardo no processo de envelhecimento do asfalto, dada a presença de antioxidantes na borracha dos pneus.

Na Câmara Federal há dois projetos que tratam do assunto. Um deles determina a preferência ao asfalto-borracha na pavimentação e recuperação de vias públicas. A sugestão foi aprovada apenas em parte na CVT. No entanto, foi rejeitada pela Comissão de Meio Ambiente e aprovada na íntegra pela de Constituição e Justiça, com parecer favorável do ambientalista Sarney Filho, do PV do Maranhão.

O projeto, de autoria do deputado Weliton Prado (PT-MG), altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e estabelece que a escolha pelo uso de outro material deve ser explicada no memorial descritivo da obra. Além disso, a proposta determina que os estudos de impacto ambiental da obra apresentem a análise dos efeitos ambientais decorrentes da escolha do material de pavimentação.

### Governo do Rio amplia uso de tecnologia

O governo do Rio de Janeiro, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), ampliou a utilização da tecnologia do asfalto-borracha na pavimentação de estradas fluminenses. A previsão é de que mais de 235 quilômetros de rodovias sejam atendidos com o material, que é mais resistente, econômico e, principalmente, menos agressivo ao meio ambiente.

- Fomos pioneiros no Brasil na utilização de um novo material em termos de pavimentação de rodovias. É o resultado de um grande trabalho de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias por parte dos engenheiros do DER. Fomos, inclusive, premiados e reconhecidos internacionalmente por este projeto inovador e sustentável - afirmou o presidente da autarquia, Henrique Ribeiro. A técnica foi aplicada nos 5,3 quilômetros da RJ-151, em Mauá-Maringá, distritos dos municípios de Resende e Itaiaia, respectivamente. Além disso, três estradas foram contempladas com este tipo de pavimentação. Entre elas, a RJ-145, rodovia que liga as cidades de Rio Claro e Rio das Flores. A via tem 108 quilômetros de extensão e passa pela intervenção no trecho de 28 quilômetros entre Barra do Pirai e Valença. O estado vai investir R\$ 94,7 milhões na execução da obra, que tem conclusão prevista para outubro.

## Deputado Zoinho participou de audiência em Brasília para debater implantação do TAV



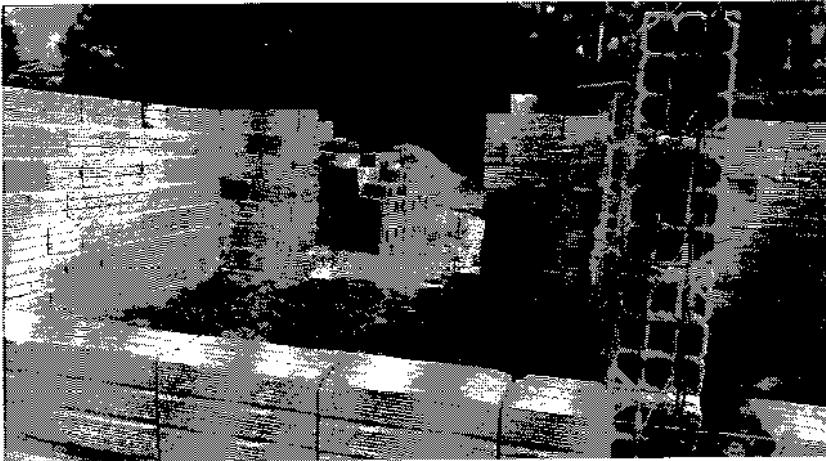
A Comissão de Viação e Transportes instalou, uma subcomissão permanente para acompanhar o projeto do trem de alta velocidade (TAV), que deverá ligar as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. A reunião de instalação aconteceu em Brasília e contou a participação do deputado federal Jorge de Oliveira, o Zoinho (PR), que integra a comissão. Atualmente, o cronograma da licitação do TAV está na fase de esclarecimentos ao edital, publicado em dezembro do ano passado. A previsão é que o trem entre em operação até 2020. A entrega das propostas está marcada para 13 de agosto, e o leilão ocorre seis dias depois. A homologação do concessionário vencedor está prevista para 19 de setembro e a assinatura do contrato em 27 de fevereiro do ano que vem. "Estamos torcendo pra que todo o esforço da comissão seja refletido na maior agilidade do processo para que o TAV saia mesmo do papel, pois há demanda suficiente para esse trecho,

que une dois dos principais centros de país", explicou Zoinho. O TAV é a obra mais grandiosa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, que também inclui outros investimentos em ferrovias. Em agosto do ano passado, o governo lançou a primeira etapa do Programa de Investimentos em Logística, que prevê R\$ 91 bilhões na reforma e construção de 10 mil quilômetros de ferrovias ao longo dos próximos 25 anos. Cerca de 70% do custo da obra virá de investimento público. Da parcela de 30% restantes, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (EPL), que é estatal, vai entrar com 45%, e o grupo que vencer a licitação completa os 55% restantes. Em 2010, a prefeitura de Volta Redonda encaminhou o processo, por meio da secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, manifestando interesse em sediar uma das paradas obrigatórias do TAV na região do Vale do Paraíba Fluminense.

Fale com o deputado / [dep.zoinho@camara.leg.br](mailto:dep.zoinho@camara.leg.br)

FGTS para construção

## Zoinho defendeu o uso do FGTS para construção da casa própria



A Câmara analisou o Projeto de Lei 2703/11, do deputado Zoinho (PR-RJ), que permite ao trabalhador usar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear a construção da casa própria. Atualmente, a lei que regula o FGTS (8.036/90) só possibilita a movimentação da conta para compra da moradia ou lote. Com relação à construção da casa própria, a Caixa Econômica Federal, gestora do fundo, pode permitir o uso do recurso se a obra for feita em regime de cooperativa ou consórcio, ou se for financiada por banco ou construtora. O deputado não concorda com as restrições impostas. O trabalhador não pode ser obrigado a aderir a uma cooperativa ou a participar de um consórcio de imóveis tampouco a contrair um empréstimo para viabilizar sua casa própria com os recursos do FGTS, condena. Zoinho

defende o saque direto da conta do FGTS para que o trabalhador possa construir sua residência. Em muitos casos, o empregado já possui um lote ou tem verbas para comprá-lo, mas não para a construção da casa. Nessa situação, é justo que ele também possa utilizar tais recursos para erguer sua moradia, argumenta. Segundo dados da Caixa Econômica Federal citados pelo parlamentar, em dezembro de 2012, 92,64% das contas ativas do FGTS possuíam saldo de até dez salários mínimos, o que corresponde a R\$ 6.780 em valores atuais. "Essas cifras são claramente insuficientes para a construção da moradia", salientou Xavier. O relator destacou ainda que, apesar do baixo valor, a quantia representa um bom aporte para a finalidade principal da conta vinculada do FGTS: sustentar o trabalhador que perdeu o emprego sem justa causa

enquanto não encontra uma nova oportunidade no mercado profissional. Xavier acrescentou que a Caixa, gestora do fundo, já possibilita o uso do FGTS se a obra for feita em regime de cooperativa ou consórcio, ou se for financiada por banco ou construtora. O projeto pretende flexibilizar essa regra. "A liberação de recursos para a compra de material de construção sem a participação de agentes financeiros pode representar um risco para o fundo e suas finalidades sociais", argumentou o relator. O deputado informou que atualmente existem linhas de crédito para aquisição de materiais de construção restritas a trabalhadores com vínculo empregatício ativo que possuam conta vinculada do FGTS. "Esse financiamento adotado pela Caixa se mostra mais apropriado do que a movimentação do saldo do fundo", disse Xavier.

## Projeto de Zoinho determina que Motorista condenado por transporte de drogas tenha a CNH cassada



A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei (PL 7870/14), do deputado Zoinho (PR-RJ), que determina a cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quando o motorista for condenado judicialmente pelo crime de transporte de droga. A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei 9.503/97). Pela projeto, o motorista condenado por transporte de drogas não terá o direito de requerer sua reabilitação junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran) durante dois anos. De acordo com o autor, é necessário penalizar de maneira mais grave os condutores que transportam drogas, enfatizando a gravidade

que a difusão de entorpecente representa para a sociedade.

A proposta estende a perda definitiva da CNH aos proprietários de veículos quando o condutor infrator for menor de idade, exceto nos casos em que o veículo houver sido objeto de clonagem, roubo ou furto.

Atualmente, o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) prevê a inabilitação para o condutor que usar o veículo para cometer crimes dolosos (quando há intenção). No entanto, a decisão não é automática, devendo ser analisada e fundamentada pelo Detran em processo administrativo.



## Zoinho garante emenda de bancada de R\$ 39 milhões para Hospital Regional



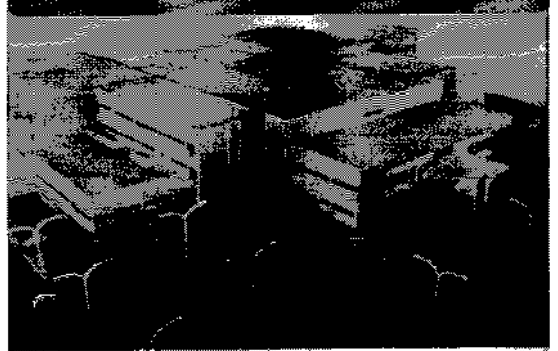
**A**O deputado federal Jorge de Oliveira, o Zoinho (PR), atendeu a solicitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba (Cismepa), formado por 12 municípios que administrarão a unidade, e garantiu uma emenda de bancada no valor de R\$ 39,5 milhões, que serão destinados para equipar o Hospital Regional. A solicitação do Cimespa foi encaminhada ao deputado no último dia 14 de novembro e incluída ao orçamento do Fundo Nacional de Saúde (FNS) referente ao ano de 2015.

O Cimespa me encaminhou um documento com a assinatura dos doze prefeitos solicitando a inclusão de uma emenda de bancada para a compra de equipamentos do hospital. Prontamente

atendi o pedido, pois sei da importância do Hospital Regional para a região. Espero que a emenda seja um incentivo para que o governo dê celeridade a obra - disse. Para garantir a inclusão, Zoinho contou com o apoio dos deputados Paulo Feijó e Francisco Floriano, ambos do PR, e Jean Wyllys e Chico Alencar, os dois do Psol, que assinaram o documento. - A Saúde sempre foi uma grande preocupação durante meu mandato, tanto que foi a área em que mais investi esforços. Em emendas foram mais de R\$ 18 milhões. Agora, com esses R\$ 39,5 milhões espero ter contribuído para que o governo do estado tenha os valores necessários para equipar um hospital que poderá atender milhares de pessoas por dia. Isso me deixa muito satisfeito e com a sensação

de dever cumprido - destacou Zoinho. Zoinho ainda destacou que o Hospital Regional está orçado inicialmente em R\$ 49 milhões, mas por erros no dimensionamento do projeto, o valor já sofreu majoração, com isso a obra chega à casa dos R\$ 70 milhões, ou seja, cerca de 40% mais cara do que foi divulgado pelo Consórcio. Outra etapa que promete dar muita dor de cabeça aos responsáveis pelo funcionamento do Hospital Regional é a compra dos equipamentos. O que aumenta ainda mais a importância da emenda conquistada. - Agora espero, e vou acompanhar de perto, a conclusão das obras, que estão previstas para fevereiro, segundo documento encaminhado pelo Cimespa - prometeu Zoinho.

## O Hospital Regional



O hospital está sendo construído às margens da Rodovia Presidente Dutra, no Bairro Roma, em Volta Redonda, num ponto que vai facilitar a chegada dos pacientes dos municípios da região que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CISMEPA). A unidade está numa área de 54.000 m<sup>2</sup> e terá 26.000 m<sup>2</sup> de área construída. O atendimento será por demanda referenciada para as cirurgias de alta complexidade em neurocirurgia, traumatologia, ortopedia, oftalmologia, bariação, transplantes de rins e de cólicas. O hospital terá 229 leitos, sendo 47 de UTI e 50 de UI (Unidade Intensiva), além de um Centro Cirúrgico com seis salas para as cirurgias de alta complexidade. O ambulatório contará com dez consultórios e três salas para pequenas cirurgias e endoscopias. O hospital ainda contará com um estacionamento para 370 veículos e um heliporto. A construção do Hospital Regional do Médio Paraíba tem o objetivo de aumentar a autonomia e a

resolutividade da atenção à saúde da rede pública nas áreas hospitalar e ambulatorial, de média e alta complexidade deficitárias ou inexistentes na região do Médio Paraíba. O projeto do modelo assistencial e arquitetônico, o plano de negócios e as planilhas de custo foram discutidos e aprovados pelos prefeitos da região e posteriormente encaminhados à consideração do secretário de Estado de Saúde e do governador com vistas à liberação dos recursos necessários. O hospital está dentro dos padrões ecológicos, com reaproveitamento da água pluvial para vasos sanitários, pátios e jardins, e estação de tratamento de esgoto, e utilização de energia solar no aquecimento de chuveiros e iluminação externa. O Hospital Regional assim que ficar pronto e funcionando vai atender a cerca de 1 milhão de pessoas na região, vai gerar 1,2 mil empregos diretos na obra, o Hospital Regional já vem gerando empregos para os trabalhadores da região.

## Você sabia?

## Saúde dos Jovens

## Zoinho defende direitos de jovens usuários de planos de saúde



O deputado federal Zoinho (PR-RJ) trabalhou na Câmara Federal pela aprovação de proposta de sua autoria que para assegurar os direitos dos jovens usuários de planos de saúde no Brasil. O projeto busca garantir, através de inciso na Lei dos Planos, os direitos dos dependentes com até 24 anos, matriculados em curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Zoinho argumenta que a alteração do texto se faz necessária, uma vez que "as operadoras de planos de

saúde parecem sempre encontrar algum mecanismo para dificultar a vida do consumidor e de ampliar suas já enormes vantagens e sua capacidade em auferir lucros". Com a proposta apresentada pelo parlamentar, fica claramente expressa na Lei a determinação que muitas vezes não é cumprida e que protege e ampara jovens dependentes de seus responsáveis. "Dessa forma, apresenta-se esta proposição, que assegura o direito de ser dependente até 24 anos, junto aos planos de saúde, desde que

esteja matriculado em curso reconhecido pelo MEC. Alcançam-se, assim, tanto os cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação", explica. De acordo com Zoinho, "cada plano interpreta o conceito de estudante a sua maneira", o que pode prejudicar inúmeros jovens "especialmente os de baixa renda, tem maior dificuldade de entrar em uma universidade, estando muitas vezes, nesta faixa etária, frequentando um curso técnico e, portanto, em regra, encontram-se na dependência econômica dos pais".

### Você sabia?



## Deputado Federal Zoinho defende criação de Centro Tecnológico na região Sul-Fluminense



O deputado federal Zoinho (PR - RJ) promoveu na Câmara Federal, audiência pública para tratar sobre a criação do Centro de Inovação e Tecnologia do Sul-Fluminense - CITEC Sul/Rio de Janeiro. Defensor do projeto que prevê a criação do centro, o deputado reuniu a bancada do Estado, professores universitários e alguns prefeitos da região para discutir a proposta. De acordo com o republicano, o objetivo da medida é fazer com que a região se transforme num parque tecnológico, aproveitando o sucesso histórico dos setores siderome-talúrgico e metalme-cânico, além do grande polo automotivo. "A região sul-fluminense vem crescendo bastante, e, para dar mais continuidade a esse desenvolvimento, a bancada de deputados do Rio de Janeiro está

propondo a criação de um centro tecnológico na cidade de Barra Mansa, justamente para que o nosso estado se torne uma referência na produção de pesquisa, o que é fundamental para atrair novas empresas", ressaltou. O parlamentar fluminense explicou que o Centro será gerido pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), com recursos provenientes de emendas de bancada.

O projeto, apresentado no último dia 06 ao ministro Marco Antônio Raupp, foi desenvolvido por um grupo de dez professores pesquisadores da UFF (Universidade Federal Fluminense) e Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), liderados pelo reitor da UNIRIOA (Centro Universitário de Volta Redonda).